

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Câmara de SP



Reunião de Vereadores foi da Comissão de Segurança

Comissão da Câmara fala sobre iluminação pública e furtos

A Comissão Extraordinária de Segurança Pública aprovou três requerimentos na reunião desta terça-feira (02/06). O trabalho foi conduzido pela presidente do colegiado, vereadora Amanda Vettorazzo (UNIÃO). Dois requerimentos são de autoria da parlamentar. Em um deles, ela solicita informações à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e o Comando-Geral da GCM (Guarda Civil Metropolitana) a respeito das tratativas, estudos e eventual planejamento para implantação de uma base fixa da Idam-Represas (Inspetoria de Defesa Ambiental Represas) nas proximidades da Represa Billings. No outro pedido, a vereadora pede que representantes da Polícia Civil de SP, preferencialmente do DEIC, participem da reunião do colegiado.

Política de iluminação e homenagem

O vereador Dheison Silva (PT) também teve um requerimento de sua autoria aprovado. Ele pediu informações aos órgãos públicos relativas à política municipal de iluminação, à expansão e modernização da rede e à integração dessa infraestrutura para zeladoria urbana, mobilidade e ordenamento territorial. Os integrantes da Comissão ainda fizeram um minuto de silêncio em homenagem à morte do pai do vice-prefeito de SP, Ricardo Mello Araújo.

Divulgação/Prefeitura de SP



Sessão foi conduzida por Amanda Vettorazzo (UNIÃO).

Negociação de dívidas prorrogadas

Contribuintes da cidade de SP têm até 30 de junho para aderir ao programa municipal de renegociação de débitos inscritos em Dívida Ativa. A iniciativa permite regularizar pendências tributárias e não tributárias com condições especiais de pagamento, incluindo descontos sobre juros e multas. Podem ser negociadas dívidas relacionadas a tributos como IPTU, ISS, ITBI, taxas municipais e algumas multas administrativas. As condições variam conforme a forma de pagamento escolhida. Para quitar à vista, os descontos podem chegar a 95% sobre juros.

Dados divulgados pela Prefeitura

Também há possibilidade de parcelamento em até 120 vezes, com reduções proporcionais dos encargos. Segundo dados divulgados pela administração municipal, milhares de acordos já foram formalizados em 2026, com regularização de mais de R\$ 1 bilhão em débitos. O programa é destinado a pessoas físicas e jurídicas com dívidas inscritas em Dívida Ativa até fim de 2024.

Dia da Imprensa I

Um evento na Câmara de SP celebrou o Dia da Imprensa. A ideia foi de Eliseu Gabriel (PSB), que entregou o Voto de Júbilo e Congratulações pelos 50 anos de profissão do jornalista Eduardo Ribeiro, fundador do Portal dos Jornalistas e sócio-diretor da Mega Brasil Comunicação. A ABI também foi homenageada.

Cuida Mais I

Apresentado na Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Silvinho Leite (UNIÃO), o PL (Projeto de Lei) 1496/2025 cria o programa "Cuida Mais". A iniciativa é voltada à capacitação continuada de profissionais da rede municipal de saúde no atendimento às pessoas com deficiência e idosos.

Cuida Mais II

Silvinho disse que "o projeto considera dados do Censo 2022 do IBGE, que apontam que cerca de 18,6 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, e que, até 2030, o número de idosos no país pode ultrapassar o de crianças e adolescentes. O projeto quer garantir atendimento qualificado".

Solenidade à PM I

A Câmara de SP recebeu na segunda (1) uma solenidade para homenagear agentes da 4ª Companhia do 7º Batalhão de PM Metropolitano. Proposta pelo vereador Kenji Ito (PODE), a cerimônia reconheceu a dedicação, a coragem e o comprometimento dos profissionais da segurança pública no enfrentamento à criminalidade no centro.

Solenidade à PM II

O vereador Major Palumbo (PP) também participou do encontro na Câmara. Aproximadamente dez policiais foram homenageados pelo trabalho em prol da proteção da população em uma das áreas mais movimentadas de SP. Ao lado dos vereadores, também estavam várias autoridades policiais da cidade.

Olimpíadas

As inscrições para a 18ª edição das Olimpíadas Estudantis da Prefeitura de SP seguem abertas até o dia 12 de junho. A iniciativa vai reunir estudantes de escolas municipais e dos CEUs em competições esportivas realizadas ao longo do ano em diferentes regiões da cidade. Podem participar alunos entre 7 e 17 anos



Texto estabelece casos específicos para instituições de ensino

Excesso de ruído foi tema de audiência na Câmara

Proposta altera fiscalização e punições para poluição sonora

Da Redação

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo realizou nesta terça-feira (2) uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) 403/2026, que propõe mudanças nas regras de fiscalização da perturbação do sossego e da poluição sonora na capital paulista. O debate integra a tramitação da proposta enviada pela Prefeitura e reuniu vereadores, representantes do poder público e cidadãos interessados no tema.

O projeto prevê alterações em dispositivos da legislação municipal relacionados ao controle de ruídos urbanos e à atuação dos agentes de fiscalização. Entre as mudanças em análise está a criação de mecanismos para que a primeira abordagem dos fiscais tenha caráter orientador em determinadas situações, antes da aplicação de sanções mais severas.

Outro ponto previsto no texto é a definição de critérios específicos para a fiscalização de ruídos gerados por obras da construção civil. A proposta estabelece parâmetros próprios para esse tipo de atividade e prevê medidas corretivas em casos de descumprimento das normas.

O projeto também amplia o alcance das regras de controle de ruídos para situações envolvendo imóveis residenciais. Atualmente, a fiscalização concentra sua atuação principalmente em estabelecimentos comerciais e atividades econômicas. Pela proposta em discussão,

ocorrências relacionadas a festas e outras atividades realizadas em residências poderão ser enquadradas dentro do sistema de fiscalização previsto pela legislação municipal.

Além disso, o texto estabelece hipóteses específicas para instituições de ensino, levando em consideração a natureza dos serviços prestados por essas entidades. Segundo os documentos apresentados durante a tramitação, a intenção é adequar os procedimentos de fiscalização a diferentes contextos urbanos.

A proposta também faz parte de um conjunto de medidas voltadas à atualização das regras do Programa Silêncio Urbano (PSIU), responsável pela fiscalização de ruídos na cidade. Entre os objetivos apontados pelo Executivo estão a modernização dos procedimentos de controle, a ampliação da capacidade de fiscalização e a definição de novas penalidades para poluição sonora.

Durante a audiência pública, participantes puderam apresentar sugestões, críticas e contribuições ao texto. As manifestações deverão ser analisadas pelos vereadores responsáveis pela tramitação da matéria antes que o projeto avance para as próximas etapas legislativas.

Após a conclusão das discussões nas comissões temáticas, o PL 403/2026 ainda precisará ser votado em plenário. Caso seja aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito, as novas regras passarão a integrar o sistema municipal de fiscalização da perturbação do sossego e da poluição sonora na cidade.